

## Editorial

Neste número da Revista *Práxis Educativa*, publicamos 12 artigos e duas resenhas, de autores ligados a diferentes instituições estrangeiras e nacionais. Seguindo a linha editorial da revista, os artigos de Lendvai e Stubbs (Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais) e o artigo de Stephen J. Ball (Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade) são traduções de textos originalmente publicados em inglês e se constituem em textos que apresentam contribuições importantes para a pesquisa no campo das políticas educacionais. O artigo de Lendvai e Stubbs fundamenta a noção de que as políticas não são meramente ‘implementadas’, mas passam por um processo de tradução. A tradução é um processo ativo, produtivo e criativo. A partir desses textos, diversas outras produções no campo das políticas educacionais passaram a desenvolver a noção de tradução e de interpretação das políticas no contexto da prática. Em seu artigo, Stephen J. Ball aprofunda um artigo anterior sobre o papel da performatividade na mudança de prática profissional e das subjetividades do professor na educação. Ele argumenta que as tecnologias de comparação, mensuração e responsabilização, que atualmente proliferam nos sistemas educacionais no mundo todo, não são simplesmente novas formas de monitorar resultados, mas concorrem para mudar o significado do ensino e do que significa ensinar. Essas tecnologias de reforma estão alterando o modo de os professores pensarem sobre o que fazem e de se relacionarem com os colegas e com seus alunos. Para ele, a sociabilidade e a coletividade estão sendo destruídas e substituídas por suspeição, competitividade, culpa e inveja, um novo repertório altamente carregado de emoções e relações sociais deformadas. Esse artigo vem completar uma sequência de textos do autor sobre performatividade, já publicados em Língua Portuguesa, em periódicos brasileiros e portugueses.

O artigo de César G. Tello, intitulado “Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa”, constitui-se em um texto que apresenta uma perspectiva inédita e inovadora para a pesquisa sobre políticas educacionais. Nesse artigo, Tello introduz a noção de epistemologias das políticas educacionais e seus componentes analíticos: enfoque epistemológico, posicionamento epistemológico e epistemologia. Tello propõe também que o estudo das epistemologias da política educativa pode ser empregado tanto na análise de pesquisas sobre políticas (metanálise) quanto no trabalho do próprio pesquisador, enquanto vigilância epistemológica. O artigo de Iana Gomes de Lima e Luís Armando Gandin apresenta uma contribuição importante para a compreensão do estado gerencial. Os autores apresentam elementos teóricos para a análise do estado e das políticas públicas contemporâneas. Utilizando contribuições de John Clarke e Janet Newman e agregando conceitos forjados por Michael Apple e Stephen Ball, o texto oferece lentes teóricas para o exame da

natureza gerencialista do estado contemporâneo. O texto conclui com algumas implicações para o campo de estudo das políticas educacionais, enfatizando que a lógica gerencialista não é transposta automaticamente, sem mediações, a todas as ações do estado.

O artigo de Telmo Marcon (Políticas de educação do campo: avanços e desafios), analisa os avanços e desafios das diretrizes da educação do campo. Os avanços evidenciam-se na formulação de diretrizes com base numa concepção de educação emancipatória e cidadã, e os desafios, por sua vez, concretizam-se nas dificuldades de a escola do campo problematizar os contextos socioculturais dos seus alunos, além das dificuldades de implementar políticas de nucleação por governos estaduais e municipais que resultam no deslocamento de escolas do campo para as cidades ou pequenos povoados; pelo transporte diário de milhares de crianças do campo para a cidade, que, além retirar os sujeitos dos seus contextos, incrementa processos migratórios e colide frontalmente com as diretrizes da educação do campo elaboradas no início do século XXI. Maria Angélica Olivo F. Lucas e Maria Cristina G. Machado, no artigo “Percalços da educação infantil como direito da criança: análise da história e da legislação das décadas de 1980 e 1990”, discutem a função da Educação Infantil entre o fim da ditadura militar até a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB). As autoras tomam como fonte de pesquisa a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e a Política Nacional de Educação Infantil – PNEI (1994) – fontes deste estudo. O texto constitucional as reconheceu como cidadãs, o ECA reforçou esse compromisso do Estado e a PNEI definiu como finalidade desse nível de ensino proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento global das crianças. Contudo, o atendimento com qualidade a toda a demanda caminha lentamente, ignorando o reconhecimento da especificidade dessa modalidade de ensino.

O artigo “Estratégia de luta na superação da exclusão escolar: o papel dos técnicos sociais”, de Sabrina Z. de Bragança, Clarice Zientarski e Sueli Menezes Pereira, trata das possibilidades de rompimento de práticas de exclusão escolar através de ações realizadas pelos técnicos sociais que têm como proposta a educação popular emancipatória, representando um movimento contrário à hegemonia dominante. Consiste em estudo de caso com abordagem qualitativa, apresentando resultados de uma pesquisa desenvolvida com assentados da reforma agrária nos municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul (RS). No artigo “A reconstrução da experiência democrática: a democracia como credo pedagógico na filosofia de Dewey, de autoria de Altair Alberto Fávero e Carina Tonieto, apresenta-se uma reconstrução e análise das razões que levaram o educador americano John Dewey a eleger a democracia como credo pedagógico de sua filosofia da educação. Beatriz Gomes Nadal, no artigo “Cultura escolar e conselho de classe: gestão democrática do trabalho pedagógico?”, tematiza a cultura do trabalho pedagógico escolar no

âmbito do conselho de classe. O artigo apresenta dados de uma pesquisa realizada em duas escolas da rede estadual do Paraná, que objetivou compreender a cultura escolar com relação ao conselho de classe.

O artigo de Cláudia Ribeiro Bellochio faz uma análise das representações do estágio supervisionado de estudantes em formação acadêmico-profissional do curso de Música da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Partindo de estudos sobre a formação de professores, estágio supervisionado e educação musical, a autora buscou conhecer e analisar as representações, crenças, ideias e valores dos licenciandos de música em relação ao estágio supervisionado e compreender os processos de gênese e transformação sobre a construção da docência. No artigo “Concepções e práticas de professoras no ensino da argumentação no 5º ano do Ensino Fundamental”, Telma Ferraz Leal, Ana Carolina P. A. Brandão, Andrezza da C. França e Renata da C. Silveira discutem as concepções de duas professoras sobre o ensino da argumentação e como elas se refletem na prática pedagógica com estudantes do 5º ano. Conclui-se que a concepção de argumentação como prática discursiva demanda um maior conhecimento sobre a variedade de situações e gêneros presentes na sociedade, sendo este um requisito para uma ação pedagógica mais reflexiva e voltada para os usos sociais da escrita.

Finalmente, são publicadas nesse número duas resenhas do livro “Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações (Munanga, 2009), de autoria de José Alexandre Silva e Maria Antônia Marçal e do livro “Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação” (Kenski, 2008), de autoria de Sílvio César Otero-Garcia

Destacamos que, a publicação desse número, foi possível com o apoio do CNPq, Capes, Fundação Araucária e Editora UEPG, aos quais agradecemos.

Os editores